

1 CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
2 ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA
3

4 Aos dezessete dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às nove horas, no Auditório do
5 Jardim Botânico de Brasília/Cerratense, ocorreu a 30ª reunião ordinária do Conselho de
6 Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF, atendendo à convocação do seu presidente,
7 o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA/DF, sob a seguinte pauta:
8 1– Ordem do dia – item **1a)** Apreciação e votação da Ata da 34ª RE. **1b)** Posse dos Conselheiros
9 representantes do poder Público no CRH/DF e instituições que solicitaram substituições de seus
10 representantes **1c)** Apreciação do Plano de Capacitação do PROGESTÃO – CTPA/CRH/DF
11 **1d)** Apreciação do Relatório de Auto Avaliação do PROGESTÃO– CTPA/CRH/DF **1e)**
12 Apreciação da Minuta de Resolução que dispõe sobre o cadastro de organizações civis de
13 recursos hídricos do Distrito Federal – ADASA. 2 – Informes. Fizeram-se presentes o Senhor
14 Secretário de Meio Ambiente da SEMA/DF e presidente do CRH, Sr. JOSÉ SARNEY FILHO
15 e os seguintes Conselheiros (as): JAIR VIEIRA TANNÚS JÚNIOR/SEMA, GABRIL
16 MARTINS SALES FONTES/SINESP, ALLEX DE MELO MORAES/SDE, GILBERTO
17 ALVES MARANHÃO BEZERRA/SSP-DF, NATÁLIA MONTENEGRO BUGARIN/CACI-
18 DF, RAFAEL MACHADO MELLO/ADASA, ALBA EVANGELISTA RAMOS/ADASA,
19 ELONEIDE MENÊZES FRANÇA ARRUDA/CAESB, PRISCILA PARIS
20 MENDONÇA/CEB, ANA PAULA DIAS DE CASTRO MACHADO PESSOA/FIBRA,
21 CARLOS ALBERTO DE MIRANDA AVIZ/CBH-PARANAÍBA, LUCIJANE MONTEIRO
22 DE ABREU/ABES, SÉRGIO KOIDE/UNB, MARCELO GONÇALVES RESENDE/UCB.
23 Participaram como ouvintes: Mona Grimouth Bittar/SEMA, Raquel de Carvalho
24 Brostel/CTPA-CRH, Paulo Salles/ADASA, Ligia Silvia Vieira Gurgel/ADASA, Érica Yoshida
25 de Freitas/ADASA. O Secretário abriu a reunião dando boas-vindas aos Conselheiros e
26 agradeceu a presença de todos. A seguir falou que a segurança hídrica do Distrito Federal é
27 prioridade dessa gestão na Secretaria de Meio Ambiente. Destacou que Brasília fica no coração
28 do cerrado, bioma que está juntamente com a Amazônia no cerne da questão da água do Brasil
29 e que as chuvas desse ano dão algum alento, mas que a ameaça de desabastecimento nos
30 próximos anos é bastante concreta. Ninguém desconhece as mudanças climáticas e que essas
31 mudanças estão trazendo em todo o mundo drásticas alterações no regime de chuvas. No Brasil
32 não é diferente, ainda mais que temos uma inter-relação muito forte com a Amazônia, que
33 funciona como uma distribuidora de água do sul do continente e preocupantemente a Amazônia
34 já está entrando num estágio de perigo. Alguns cientistas dizem que vinte e cinco por cento de
35 desmatamento a floresta já leva ao processo de autotransformação e já estamos em torno de
36 vinte por cento, e ninguém sabe como a repercussão disso no desmatamento. Infelizmente,
37 como o desmatamento na Amazônia ele é contido por comando e controle, se há o afrouxamento
38 dessas regras ou a sinalização que elas estão se fragilizando, o desmatamento vai aumentar.
39 Disse acreditar que esse ano haverá desmatamento muito grande na Amazônia. E ao contrário
40 do que pensa o governo federal a soberania brasileira na Amazônia só será ameaçada se o Brasil
41 não cuidar e passar para o mundo a ideia de que não está cuidando e sim devastando a
42 Amazônia. A Amazônia hoje tem um papel importante no equilíbrio climático. Então se o
43 desmatamento seguir crescendo, a Amazônia além de uma grande emissão de gases do efeito
44 estufa perde, também, a umidade que é retida, que é ampliada, e que os ventos que leva aos
45 Andes e volta, espalha essa umidade para o resto do País. O Cerrado, assim como a Amazônia,
46 também está nessa situação. Já houve uma crise hídrica há pouco tempo que foi muito bem
47 conduzida e que fez que a população não sofresse tanto, mas é necessária a prevenção.
48 Mudanças climáticas contemplam a mitigação e a adaptação. Há duas vertentes: combater o
49 desmatamento das bacias, preservar as nascentes e ao mesmo tempo temos que conservar e
50 ampliar a educação ambiental, no sentido do consumo racional e inteligente da água do. A
51 seguir esclareceu que em função da publicação do Decreto nº 39.611, de 01 de janeiro de 2019,
52 artigo 4º, que destituiu de suas funções todos os membros representantes do GDF, a SEMA
53 precisou refazer as nomeações do CRH, motivo pelo qual não foi possível realizar esta reunião









54 na data de 20/03/2019, conforme calendário aprovado em 2018. As nomeações do CRH/DF
55 foram feitas por meio de envio de Ofícios às instituições representantes do poder público no dia
56 16/01/2019. Posteriormente foi publicado o Decreto de 27/02/2019 com as nomeações dos
57 Conselheiros representantes de Governo, bem como o titular e primeiro suplente representante
58 da Federação das Indústrias do DF-FIBRA que solicitou substituição de seus representantes.
59 Este Decreto de 27/02/2019 foi enviado aos conselheiros, juntamente com o Regimento Interno
60 do CRH, o calendário de reuniões ordinárias – 2019 e o Termo de Posse dos Conselheiros.
61 Solicitou aos Conselheiros que devolvessem à secretaria executiva os termos de posse assinados
62 para serem guardados em arquivo. A seguir o Secretário passou à presidência da sessão ao
63 Senhor Jair Vieira Tannús Júnior, primeiro suplente da SEMA e registrou com muita alegria a
64 presença do Senhor Paulo Salles, Presidente da ADASA, com o qual sempre teve bom
65 relacionamento, não só pessoal, mas também institucional, e isso resultou numa parceria para
66 o Fórum Mundial das Águas. Disse que como Secretário, evidentemente, essa parceria continua.
67 Informou que está dando continuidade a alguns projetos financiados pelo GEF e também o
68 projeto “Produtor de Água do Descoberto”, bem como tentando de todas as formas mitigar o
69 problema do clima, por meio da preservação das bacias hidrográficas. Há 5 anos mais ou menos
70 teve a crise hídrica no Sudeste e também ficou constatado que as bacias que produziam e que
71 levavam as águas para os reservatórios que abasteciam São Paulo eram as mais desprotegidas,
72 e isso levou a uma mudança na outorga com exigências na bacia, adotada pela Agência Nacional
73 das Águas – ANAO Secretário se despediu e desejou um bom trabalho e delegou a presidência
74 da sessão ao Sr. Subsecretário Jair Vieira Tannús Júnior, encarregado da questão hídrica, a
75 quem deu plena independência e liberdade para poder agir em nome da Secretaria. Ressaltou
76 que sempre que houver qualquer conflito, qualquer dúvida, sempre estará à disposição para
77 esclarecimentos e posicionamento. Disse esperar que o Conselho de Recursos Hídricos siga
78 apoiando na questão da água. A seguir o Senhor Subsecretário Jair Vieira Tannús Júnior, após
79 cumprimentar a todos e verificar o quórum às 09h00, segunda chamada, declarou aberta a
80 sessão. Agradeceu o plenário pelo quórum e solicitou que fosse mantido até o final da reunião.
81 Pediu que, a cada intervenção, o Conselheiro informe o nome completo e a entidade/órgão que
82 representa para efeito de registro da gravação da reunião e posterior elaboração da ata. Procedeu
83 com a leitura da ordem do dia. A seguir os Conselheiros se apresentaram e foi dada a posse aos
84 membros designados pelo Decreto nº 39.611 de 01 de janeiro de 2019, artigo 4º (item 1b da
85 pauta). A seguir passou a palavra ao Presidente da ADASA, Paulo Salles para pronunciamento.
86 Ele cumprimentou a todos e manifestou muita alegria em voltar a este Conselho de longa vida,
87 Conselho de Recursos Hídricos, tão importante para nossa cidade e para nossas águas. Todos
88 sabem que está havendo há algum tempo momentos críticos do ponto de vista da água e todas
89 as pessoas que vivem nesse ambiente de discussão sobre os problemas da água sabem que a
90 palavra de ordem é aquela que foi dita aqui pelo Secretário Sarney Filho, quando disse que a
91 prioridade é a segurança hídrica. Na verdade é uma prioridade global, porque todo o planeta
92 está sendo afetado pelas variações climáticas, por isso não é uma coisa que exclusiva do Brasil
93 ou dessa parte do Brasil. É na verdade uma constatação de que aquilo que o Painel
94 Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas/IPCC vem pregando há anos está se tornando
95 realidade: chuvas muito intensas e por curtos períodos de tempo e, que ocorrem com mais
96 frequência, dias cada vez mais quentes, dias cada vez mais frios durante o inverno, enfim, uma
97 situação de chuva demais em alguns lugares e chuva de menos em outros. No fim a verdade é
98 um aquecimento global, que afeta a água que é o veículo dessas manifestações das variações
99 climáticas, e que trás a necessidade de enfrentamento e adaptação das variações climáticas.
100 Destacou, por exemplo, o que está acontecendo no Rio de Janeiro, chuvas muito fortes que nos
101 últimos anos nunca vistas. E a capacidade de recuperação da cidade, das pessoas, dos negócios,
102 das empresas e das atividades produtivas fica comprometida a cada evento desse tipo. Se tiver
103 outra chuva daquela as pessoas vão ficar numa situação mais difícil ainda para voltar à
104 normalidade. Então como a expectativa do IPCC é de que esses eventos vão se tornar mais
105 comuns e mais intensos é necessário que a sociedade e o País estejam muito preparados para
106 isso. Paulo Salles também ressaltou a importância da segurança hídrica, pois não basta ter água



Dima



107 para ter segurança hídrica. Citou que um grande aprendizado que tiveram neste Conselho,
108 durante a crise hídrica vivenciada na pele, é que a água não é apenas assunto do meio ambiente,
109 pelo contrário, ela está relacionada com todas as atividades que a gente faz: com as atividades
110 produtivas, por exemplo, um relatório da ONU mostra que cada quatro empregos, três
111 dependem de água e desses três, dois dependem de muita água. Então é claro que um período
112 de seca afeta a atividade econômica, que por consequência tem problemas sociais graves sendo
113 relacionados a essa falta de água. Toda essa cadeia nos faz ver que o conceito de segurança
114 hídrica deve ser entendido como, claro, aumento da disponibilidade de água, diminuição do
115 consumo de água e agora adaptação de instituições públicas, das atividades produtivas da nossa
116 cultura no uso da água, que ainda é uma cultura de desperdício. Enfim segurança hídrica é um
117 conceito muito mais amplo do que aquilo que será tratado como objeto central deste Conselho
118 de Recursos Hídricos. E por isso é importante que todos estejamos sempre sintonizados e os
119 representantes das instituições que tem assento neste Conselho têm um papel muito importante
120 de levar essas preocupações para dentro das suas áreas para que, conjuntamente, se faça um
121 esforço para tornar o Distrito Federal resiliente e capaz de enfrentar as dificuldades que podem
122 ser ainda mais graves do que aquelas que vivemos no período de 2016 a 2018. Informou ter
123 recebido na ADASA, no dia anterior, a visita do Controlador Geral DF, Dr. Aldemário,
124 inclusive, a ADASA está encaminhando para ele um produto feito por uma Consultoria na
125 ADASA durante a crise passada, que visa melhorar as condições dos prédios públicos na
126 questão da água: reduzir perdas, fazer uso de uma forma mais racional no uso da água. Foram
127 trazidos consultores que trabalharam no estado de São Paulo num programa de muito sucesso
128 chamado PURA - Programa Racional do Uso Racional da Água e o da ADASA se chama Poupa
129 DF. Existe inclusive um decreto que foi publicado no ano passado criando o Poupa DF, cabendo
130 a nós agora a sua implantação nos locais de trabalho e nos prédios públicos em geral. Ressaltou
131 que a experiência de São Paulo mostrou que em alguns casos a poupança de água que se obteve
132 depois de aplicada as medidas propostas passou de cinquenta por cento, em termos de economia
133 de água e, portanto, de custos para o estado também. Salientou que a ADASA tem tido um
134 papel importante dentro deste Conselho. A ADASA é o órgão gestor dos recursos hídricos do
135 Distrito Federal, basta olhar a Lei nº 2725 que é a nossa Lei das Águas, no seu artigo 27,
136 parágrafo segundo, que claramente estabelece que aquele que dá outorga é o gestor do sistema.
137 E disse não ser por acaso que isso tem que ser dessa forma, porque a outorga representa o estado
138 perante o ente privado ou outros entes que estejam usando a água de maneira responsável. É
139 um contrato, praticamente, entre o estado representado pelo órgão gestor, que vai estabelecer
140 as regras e vai com autoridade cumprir os cumprimentos das regras para que essas regras
141 mantenham qualidade e quantidade de acordo com o que é esperado. E isso se chama poder de
142 polícia administrativo e o poder de polícia administrativo no DF está nas mãos da ADASA, que
143 é o órgão que emite as outorgas e que cuida delas. Portanto a ADASA tem sido designada por
144 decreto para assinar os contratos com os programas da ANA que serão tratados posteriormente
145 nesta reunião que são o Progestão e Procomitês. Também tem trabalhado, como também o
146 Secretário de Meio Ambiente, na gestão da crise que houve naquele período. Apresentou um
147 livro editado pela ADASA, CAESB, EMATER e SEAGRI, escrito por 87 técnicos que
148 participaram da gestão da crise. Todos os Conselheiros receberão um exemplar, com certeza
149 que se beneficiarão muito da leitura desse livro, porque como disse, ele é uma visão técnica de
150 como a água é tratada aqui e como ela foi tratada durante a crise hídrica. O Conselho vai fazer
151 bom trabalho nos próximos anos e vai nos dotar dos meios para o enfrentamento das vicissitudes
152 que essas mudanças climáticas podem nos trazer, mas não apenas isso e fazer com que a nossa
153 população encare água com muita seriedade e com muita racionalidade e que a gente consiga
154 ultrapassar os tempos difíceis mantendo a qualidade de vida da nossa população, daquela que
155 já tem qualidade de vida e aquela que não tem que venha a ter. Nossa expectativa, por exemplo,
156 no caso da Caesb é a universalização do sistema, a garantia do fornecimento de água de boa
157 qualidade e na quantidade necessária todo o tempo. E a nós todos que temos um papel cada um
158 definido nas regras que regem as nossas Instituições. Agradeceu mais uma vez ao Presidente
159 pela oportunidade e desejou a todos um bom trabalho e se colocou à disposição por meio dos

Dima

160 seus representantes neste Conselho e também das instituições com as quais são parceiros há
161 muitos anos. O presidente agradeceu ao Sr. Paulo Salles pela presença. A seguir com o item **1a)**
162 Apreciação e votação da Ata da 34ª RE, ressaltou que as atas foram enviadas anteriormente e
163 que a secretaria executiva não recebeu nenhuma consideração referente as atas. Perguntou se
164 os conselheiros tinham alguma consideração a fazer. Não houve pronunciamento e foi declarada
165 aprovada por unanimidade e disponibilizada para assinatura. O presidente convidou a Raquel
166 Brostel/ABES designada presidente da CTPA para proferir as apresentações da CTPA.
167 Lembrou aos Conselheiros que estes pontos de pauta, por orientação do próprio Conselho, já
168 foram apreciados anteriormente na CTPA. Na ocasião foi solicitada a inversão de pauta para
169 que fosse apresentado um Panorama Geral do Progestão e posteriormente apresentar o Plano
170 de Capacitação. Uma vez aprovado o pedido de inversão de pauta, por unanimidade, pelo pleno
171 passou-se para o item **1d)** Apreciação do Relatório de Auto Avaliação do PROGESTÃO-
172 CTPA/CRH/DF. A apresentação foi proferida por Érica Freitas/ADASA, que abordou os
173 seguintes pontos: informou que o Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão
174 das Águas é objeto de um Contrato de nº 023/2016, firmado entre Agência Nacional das Águas
175 - ANA e Agência Reguladora de águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal – ADASA,
176 assinado em 25/05/2016 e com vigência até 31/07/2020. E para aprovar o regulamento do
177 Progestão a Ana emitiu a Resolução ANA n. 379, de 21/03/2013 aprovando o regulamento do
178 Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão de Águas – PROGESTÃO. Citou os
179 Objetivos: a) promover a efetiva articulação entre os processos de gestão das águas e de
180 regulação dos seus usos e esse objetivo é mais atrelado às metas certificadas pela ANA; b)
181 fortalecer o modelo brasileiro de governança das águas, integrado, descentralizado e
182 participativo e as metas atreladas a esse objetivo são certificadas pelo CRH. Esclareceu que o
183 recebimento dos recursos financeiros ocorre mediante o cumprimento de metas, que são
184 classificadas em duas categorias: a) metas federativas: metas de desenvolvimento e
185 fortalecimento institucional, que são certificadas pela ANA; b) metas distritais: metas de
186 implementação dos instrumentos e das ferramentas de apoio ao gerenciamento de recursos
187 hídricos, que são certificadas pelo CRH. A resolução também trás as obrigações dos
188 participantes: Entidade Estadual (ADASA) - Organizar e mobilizar recursos humanos e
189 materiais necessários para o alcance das metas. Aplicar os recursos financeiros exclusivamente
190 em ações de gerenciamento de recursos hídricos e de fortalecimento dos SEGREHs. E ao
191 CRH/DF compete aprovar o quadro de metas, que foi feito antes da assinatura do contrato,
192 acompanhar o cumprimento das obrigações da entidade estadual, que é feito por meio da CTPA,
193 certificar o cumprimento das metas distritais, que é isto que está sendo realizado hoje. Informou
194 que este Relatório de Autoavaliação foi apresentado na reunião da CTPA, realizada no dia 09
195 de abril de 2019, e que foram discutidas as metas e as variáveis. E hoje o Conselho deve
196 certificar as metas distritais. A seguir, foram apresentadas as 5 metas federativas, que estão
197 totalmente inseridas dentro da Superintendência de Recursos Hídricos da ADASA: Meta 1.1
198 (Integração das bases cadastrais); Meta 1.2 (Compartilhamento de informação sobre Águas
199 Subterrâneas); Meta 1.3 (Contribuição para difusão de conhecimento); Meta 1.4 (Prevenção de
200 eventos hidrológicos críticos); Meta 5 (Atuação para segurança de barragens). Ressaltou que
201 todo ano é enviado para a ANA o Relatório Anual de entrega dessas 5 metas até o dia 31 de
202 março. Após, apresentou as metas distritais, em que constam 32 variáveis. Uma das variáveis
203 chama-se capacitação setorial, que será apresentada a seguir pela Servidora Cássia Van Den
204 Beusch/ADASA. Lembrou que todas as informações sobre o Progestão de todos os estados
205 estão no site: <http://progestao.ana.gov.br>. Informou que foi entregue o relatório anual com as
206 metas federativas em março, que será certificado pela ANA e emitida uma Nota Técnica para
207 cada variável. Citou que a referida resolução prevê que cada Conselho de Recursos Hídrico
208 aprove o quadro de metas. A seguir apresentou o quadro de metas apresentando as variáveis e
209 avaliação. Retomando a pauta com o item **1c)** Apreciação do Plano de Capacitação do
210 PROGESTÃO – CTPA/CRH/DF. A apresentação foi proferida por Cassia Van Den
211 Beusch/ADASA, que abordou os seguintes pontos: Ressaltou que o Plano de Capacitação faz
212 parte da meta 2, variável 1.9 do Progestão. Objetivo: a) Integrar e aperfeiçoar as ações de

Dima

213 capacitação dos profissionais que atuam no âmbito do Sistema de Gerenciamento de Recursos
214 Hídricos do Distrito Federal; b) Promover o desenvolvimento de competências na área de
215 recursos hídricos; Incentivar e criar oportunidades de participação em eventos (palestras,
216 seminários, cursos, etc.); Incentivar o efeito multiplicador de repasse de conhecimentos
217 adquiridos. Citou o público alvo dessa capacitação: instituições que compõem o Sistema
218 Integrado de Recursos Hídricos: SEMA/IBRAM/ADASA/COMITÊS e na esfera executiva e
219 colegiada. Quanto a elaboração do Plano de Capacitação: Definição de três principais desafios
220 de cada órgão integrante do SISGREH/DF; Priorização dos desafios em 1, 2 e 3 (1-alta
221 prioridade, 2 – média prioridade, 3 – baixa prioridade); relacionamento dos desafios às
222 competências; relacionamento dos desafios às metas do Progestão; relacionamento dos desafios
223 com as competências e habilidades da metodologia Desenvolve RH; seleção dos temas para o
224 desenvolvimento das habilidades; definição de estratégias de implementação; definição do
225 público alvo e quantitativo de profissionais; definição das necessidades de treinamento. A
226 seguir tratou sobre a Avaliação do Plano de Capacitação que teve início da implementação em
227 agosto/2018 e traz duas avaliações: avaliação parcial em março/2019 e avaliação final em
228 março/2020. Informou da reunião de avaliação em 22/02/2019, que resultou nas seguintes
229 sugestões de melhoria: na parte da divulgação (página 5), considerar a validade da capacitação
230 para os cursos que serão realizados por cada instituição, individualmente, não somente as
231 realizadas em conjunto com todas as instituições; ainda na parte da divulgação (página 5),
232 substituir a palavra “mínimo” pela palavra “preferencialmente”, para que algumas
233 oportunidades de capacitação não sejam descartadas, caso não haja tempo hábil para informar
234 os membros no prazo mínimo de 10 dias. No campo da divulgação (página 8), substituir a
235 palavra “mínimo” pela palavra “preferencialmente”, para que algumas oportunidades de
236 capacitação não sejam descartadas, caso o tempo de inscrição seja inferior a 7 dias. Estabelecer
237 uma quantidade mínima de capacitados para os níveis operacional, tático e estratégico, de
238 maneira que a capacitação não atinja apenas o nível operacional. Cada instituição deve definir
239 qual competência será considerada quando houver mais de uma para contabilidade das metas.
240 Falou que a Certificação do Plano de Capacitação se dá pela ANA mediante apresentação de
241 duas planilhas: Planilha de Pessoas, que é utilizada para cadastrar pessoas inscritas no sistema:
242 alunos e colaboradores (instrutores, coordenadores de cursos, tutores etc.) e Planilha de
243 Situação que é utilizada para cadastrar os resultados dos cursos, ou seja, a situação dos
244 participantes (aprovado, reprovado ou desistente/nunca acessou). Apresentou quadro de
245 servidores capacitados por competência. A seguir foram citados os encaminhamentos da CTPA:
246 Contabilizar o módulo I do curso de Drenagem, oferecido pela UnB, nas metas da ADASA –
247 que está aguardando a emissão das certificações. Inserir as datas dos cursos contabilizados
248 (ADASA/SEMA/IBRAM/COMITÊS) - Complementar tabelas com as datas e encaminhar para
249 a ADASA (em andamento). Informar aos novos gestores das instituições sobre a importância
250 do Plano de Capacitação (ADASA/SEMA/IBRAM/COMITÊS) - Atualizar a informação com
251 seus gestores. Inserir no relatório planejamentos das reuniões de pré-avaliação
252 (ADASA/SEMA/IBRAM/COMITÊS) - A pré-avaliação ocorrerá em setembro de 2019. Foi
253 criado um cronograma de cumprimento parcial das metas, para ser acompanhado na pré-
254 avaliação (quadro IV). Inserir nº total de capacitados no quadro II de resultados do relatório de
255 avaliação (ADASA/SEMA/IBRAM) - A soma total é feita pela ADASA a partir dos dados
256 fornecidos pelos demais membros. Planejar as capacitações conforme as prioridades estipuladas
257 no Plano de Capacitação (ADASA/SEMA/IBRAM/COMITÊS) - O grau de prioridade de cada
258 competência estabelecida no Plano varia para cada uma das instituições; nesse sentido, cada
259 instituição deve realizar o seu planejamento para atender o cronograma constante no quadro IV.
260 No âmbito coletivo serão organizados cursos para atender as competências que não são
261 alcançadas pelos cursos à distância oferecidos pela ANA. A seguir apresentou o Panorama das
262 Competências, o Planejamento de Cursos, Cronograma de ações e prazos: alcance das
263 competências de prioridade 1 (31/08/2019); reunião da instância executiva para realização da
264 pré-avaliação do Plano de Capacitação (30/09/2019); alcance das competências de Prioridade
265 2 (31/10/2019); alcance das competências de Prioridade 3 (31/12/2019); encaminhamento a

266 ADASA das planilhas de controle exigidas pela ANA (20/02/2020); reunião para avaliação
267 final do Plano de Capacitação (20/02/2020); conclusão da avaliação final do Plano de
268 Capacitação (20/03/2020). O presidente agradeceu a apresentação e concedeu a palavra aos
269 Conselheiros para comentários. A Senhora Raquel Brostel/ABES ressaltou que esses relatórios
270 de avaliação têm de ser aprovados pelo CRH e solicitou aos membros que participam do Grupo
271 de Capacitação que levem essas informações para suas instituições para tentar esse
272 compromisso, bem como aos Conselheiros que aqui estão representando as instituições e os
273 comitês, pois é preciso que eles se incorporem também e se comprometam no cumprimento. A
274 seguir Érica/ADASA salientou compete ao CRH aprovar o Relatório de Autoavaliação com
275 emissão de resolução e envio para ANA até 31/04. Informou que na reunião da CTPA teve a
276 sugestão de alteração de duas variáveis: 1.7 - Agência de Água e Entidades Delegatárias, mas
277 que após discussão optou-se por não modificar. A outra variável foi a 2.3 - Planejamento
278 Estratégico Institucional foi alterada de 2 para 3. A seguir passou a palavra para Presidente da
279 CTPA Raquel Brostel, que destacou que o item: Planejamento Estratégico Institucional houve
280 dúvida se o planejamento seria da ADASA ou do Sistema de Recursos Hídricos e se seria um
281 planejamento mais integrado, mas após leitura da descrição desse item ficou entendido que o
282 órgão executor dos recursos hídricos seria a ADASA efetivamente. Mas essa questão das
283 competências do órgão executor ou às vezes até algumas emissões de resoluções pela ADASA
284 já foram objeto de discussão em várias situações de pontos divergentes de competências da
285 Sema e de competências da. Diante disso a CTPA entendeu por bem para sanar essas dúvidas
286 consultar a Assessoria Jurídico da SEMA ou GDF para esclarecimento dessa questão e pediu
287 que o CRH aprovasse esse encaminhamento. a Conselheira Lucijane (ABES) disse entender
288 que Planejamento Estratégico Institucional é do sistema como um todo. Se colocar como base
289 a ADASA as outras instituições também tem que ter seu planejamento estratégico até porque
290 na apresentação do item capacitação observa-se que a SEMA está bem abaixo da ADASA, isso
291 na planilha em termos de capacitação, e não é só olhar a ADASA porque não é só ela que é do
292 sistema. A seguir a Érica/ADASA esclareceu que essa questão surgiu durante a discussão dessa
293 variável e na ocasião fizeram contato com a ANA, que orientou que cada variável que está
294 dentro desse relatório tem que ser construída conjuntamente, mas pode sim ficar junto ao
295 planejamento estratégico da ADASA na hora de operar a variável. Em seguida o presidente da
296 sessão Sr. Jair informou que o Secretário já pediu a Assessoria Jurídico e ao corpo técnico da
297 Sema para fazer uma análise de todo o arcabouço legal, com relação a questão das competências
298 dentro da área de recursos hídricos e citou que a própria Lei Orgânica do DF no artigo 282,
299 parágrafo único, diz que o órgão ambiental do Distrito Federal a gestão do sistema de
300 gerenciamento dos recursos hídricos. O parágrafo segundo do artigo 27 da lei das águas do DF
301 diz que a autoridade responsável pela efetivação de outorga de direito de uso dos recursos
302 hídricos sobre o domínio do DF é o titular do órgão gestor do sistema de gerenciamento dos
303 recursos hídricos, que é onde a ADASA aloca para si a competência. No entanto, na mesma lei
304 no artigo 33 diz que o Conselho de Recursos Hídricos será gerido por um presidente, na pessoa
305 do titular do órgão gestor do sistema de gerenciamento dos recursos hídricos e o presidente do
306 CRH é o Secretário. Disse ter muitas dicotomias e isso está sendo analisado e será proposta
307 com certeza uma adequação para que haja clareza na lei de quem é a competência de cada um.
308 Não havendo mais inscritos para pronunciamento o presidente da sessão colocou em votação o
309 Relatório de Autoavaliação do Progestão e o Plano de Capacitação do Progestão, que foram
310 aprovados por dez votos favoráveis, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário. Seguiu com
311 o item **1e)** Apreciação da Minuta de Resolução que dispõe sobre o cadastro de organizações
312 civis de recursos hídricos do Distrito Federal – ADASA. Este item foi retirado de pauta a pedido
313 da Conselheira Alba Evangelista/ADASA para um melhor aprofundamento e um retorno
314 oportunamente. O presidente declarou retirado de pauta o item **1e. Item 2** – Informes: a
315 Conselheira Alba/ADASA informou, com relação ao Procomitê - Programa Nacional de
316 Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas, que o DF está em processo de contratação
317 com a Ana e esta semana teve assinatura do contrato pela presidente da Ana e pelo presidente
318 do Conselho e o presidente da ADASA e agora estão aguardando a publicação no DOU para


Dilma

319 que a ANA repasse cento e cinquenta mil reais no primeiro ano para apoio as atividades da
320 secretaria executiva do Comitê de Bacias. A presidente da CTPA Raquel Brostel citou que com
321 a Resolução 3/2018 a CTPA vai passar a acompanhar o plano de implementação do
322 enquadramento que tem quatro questões básicas para dar continuidade à base hidrográfica
323 comum e prazo até dezembro de 2019. E são itens que as instituições têm que ter esse
324 compromisso e a CTPA acompanhará essas informações, bem como o Plano de Bacias que está
325 em andamento também e o relatório anual da ADASA que está previsto. A Conselheira
326 Alba/ADASA informou que nas metas do Procomitês que foram pactuadas com a ANA, na
327 oficina do dia 20/10, o enquadramento é pauta dos Comitês e precisa andar junto om a CTPA.O
328 que tem de urgente no âmbito do Procomitês para esse ano é a da cobrança, plano de
329 capacitação, plano de comunicação, plano de recursos hídricos. Então é preciso acertar as
330 agendas haja vista que o enquadramento é um assunto que tem que ser discutido dentro do
331 comitê. E o Comitê do Preto e do Maranhão tem de discutir e fechar os termos de referência
332 para contratação dos Planos de Recursos Hídricos. Isso já está sendo encaminhado para as
333 Câmaras Técnicas dos CBHs no início de maio. A seguir Raquel Brostel/CPTA questionou
334 sobre o comentário do Secretário Sarney Filho sobre mudança climática, perguntando se a Sema
335 está à frente da discussão e sugeriu que fosse trazida para o CRH essa abordagem de como o
336 DF vai encarar as mudanças climáticas. O presidente da sessão se comprometeu a trazer esse
337 assunto na próxima reunião do Conselho para divulgar as ações que a Sema está fazendo nesse
338 sentido, conforme o próprio discurso do Secretário a questão da crise hídrica ela passa
339 necessariamente pelas mudanças climáticas e não tem como fazer coisas dissociadas e que a
340 Sema tem essa preocupação e consta do seu planejamento estratégico e será colocado para que
341 o plenário do CRH tomar conhecimento. Não havendo mais considerações o presidente
342 agradeceu a todos e encerrou a reunião. A Ata será lida, aprovada e assinada pelos conselheiros
343 presentes e, posteriormente, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.




JAIR VIEIRA TANNÚS JÚNIOR
SEMA/DF

GABRIL MARTINS SALES FONTES
SINESP SO/DF



ALLEX DE MELO MORAES
SDE


abo imp. 
GILBERTO A. MARANHÃO BEZERRA
SSP-DF

Dina
P/P NATÁLIA MONTENEGRO BUGARIN
CACI-DF


ALBA EVANGELISTA RAMOS
ADASA

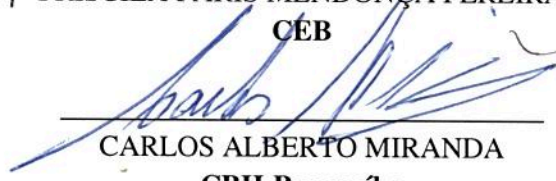
RAFAEL MACHADO MELLO
ADASA


ELONEIDE M. FRANÇA ARRUDA
CAESB


RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL
CAESB ABES/DF


P/P PRISCILA PARIS MENDONÇA PEREIRA
CEB


P/P ANA PAULA D. DE C. M. PESSOA
FIBRA


CARLOS ALBERTO MIRANDA
CBH-Paranaíba

LUCIJANE MONTEIRO DE ABREU
ABES

SÉRGIO KOIDE
UNB


MARCELO GONÇALVES RESENDE
UCB